

Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão

Estudos de Caracterização – 1ª Fase



Património Cultural

Volume IV

Setembro 2004

CAPÍTULO 7 – Património Arquitectónico e Urbanístico

7.1. Introdução

No contexto da Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão, realizou-se para os temas do Urbanismo e Património um levantamento no qual se procurou identificar, listar e classificar os elementos arquitectónicos e conjuntos urbanísticos com valor patrimonial, procurando-se simultaneamente avaliar a sua importância e integração específicas no projecto de salvaguarda e valorização do Parque.

Entre outras tarefas - componentes da elaboração de um Sistema de Informação Geográfico - construiu-se uma base de dados, em MsAccess, a partir de um acervo de informação recolhida no Parque Natural do Alvão durante alguns meses, acervo do qual seria ainda possível retirar e trabalhar os conteúdos.

Considerado terminado, então, o preenchimento da base de dados, onde se identifica e caracteriza o Património Arquitectónico dos aglomerados urbanos, realizaram-se as consultas que se julgou serem as ideais, quer para diagnosticar a situação urbanística geral do Parque, ou particular das povoações, quer para traçar uma linha de evolução, ou dito de um outro modo, continuidade – ou descontinuidade - por comparação com o levantamento efectuado em 1995 e que consta da anterior Proposta de Plano (IDAD/ICN 1995).

Como princípio tutelar convirá ter presente aquele que vem associado à fundação do Parque, e nos diz da importância da dimensão Arquitectónica, Vernacular, aí presente.

Refiramos também de passagem a tentativa de contribuir, em algum momento, para uma confirmação, ou infirmação, de algumas das inquietações que sabemos afligirem o Parque no respeitante à conservação do seu Património Arquitectónico¹.

¹ Ver, a esse respeito, o opúsculo “O Parque Natural do Alvão entre o homem e a natureza”, ponto 7.3. O urbanismo e a arquitectura rurais.

No final desta análise apresentamos um Glossário de termos e expressões utilizadas ao longo deste trabalho, importantes também por exprimirem opções de fundo na observação e no tratamento da informação.

7.2. Análise Detalhada do Património Arquitectónico e Urbanístico

O levantamento efectuado encontra-se registado na Base do Património Construído (Formato Microsoft Access), constituída por 1028 Fichas de Caracterização, respeitantes aos nove aglomerados inseridos no PNAL.

Cada ficha é composta por cinco ‘campos’ diferentes de informação:

- **Localização**, onde se encontra identificado o Concelho, a Freguesia e o Aglomerado;
- **Tipo de Uso**, assinalando o uso geral da edificação, para além da habitação: Património Etnográfico ou Equipamento;
- Caracterização no que se refere à tipologia do edificado, materiais utilizados, quer nas fachadas, coberturas, janelas e portas, sendo acompanhada de uma fotografia da construção;
- **Estado de Conservação** da cobertura, das portas e das janelas;
- um ‘campo’ de **Observações**, onde se assinalam detalhes que, não tendo sido referenciados nos ‘campos’, poderão ser significativos, ou poderão ser preenchidos posteriormente com dados relevantes para a caracterização do património do Parque.

A referência dada a cada Ficha, corresponde nas diversas Cartas do Património, ao edifício caracterizado.

São treze, as Cartas do Património efectuadas à escala 1:2 000. Dado que os aglomerados de Ermelo, Fervença e Lamas d’Olo têm maior expressão no território, optou-se por efectuar a sua representação cartográfica dividida, por várias cartas. Assim, para o Ermelo temos as Cartas do Património nºs 7.4/1, 7.4/2 e 7.4/3, Fervença encontra-se cartografada nas cartas nºs 7.5/1 e 7.5/2, cabendo a Lamas d’Olo as cartas nºs 7.8/1 e 7.8/2. Ao aglomerado de Anta corresponde a carta nº 7.1, a

Assureira a carta n.º 7.2, ao Barreiro a carta n.º 7.3, a Varzigueto a carta n.º 7.6, a Dornelas a carta n.º 7.7 e, finalmente ao Arnal a carta n.º 7.9.

7.2.1. Tipo de Planta

Dos gráficos de valores absolutos (Gráfico 7.1) é possível observar o seguinte, para a caracterização do edificado segundo o ‘tipo de planta’:

- Ermelo, Lamas d’Olo e Fervença são os três aglomerados onde a Casa Bloco (a residência, o fogo portanto) é claramente superior ao número de tipologias Bloco (loja, palheiro, garagem, isto é, edificação que não é utilizada para fins de habitação) bem como superior aos restantes tipos; sendo a proporção de Casas Bloco em Ermelo muito superior às restantes tipologias aí existentes, o que confirma um carácter muito mais urbano do núcleo de Ermelo, comparado com todos os outros. Em Lamas d’Olo e Fervença o diferencial é menor; em Ermelo a Casa Bloco representa 74% do seu património, 51% e 52% em Lamas d’Olo e Fervença, respectivamente.
- É depois possível observar – com a excepção de Varzigueto – que nos restantes núcleos predomina o tipo de Planta Bloco (rectangular, não destinado a habitação), o que poderá querer mostrar duas coisas:
- A relação habitação/anexo rural é muito estreita e forte nestas povoações, reforçando a ideia do seu carácter rural; e/ou o despovoamento e consequente abandono da habitação traduz-se numa recuperação da edificação para fins complementares aos domésticos, ou relacionados com a actividade agrícola.
- No respeitante a Varzigueto, poder-se-á fazer notar, como aliás, em rigor, para Anta, que o número de Plantas Bloco e Casa Bloco é muito aproximado, mantendo-se válidas as observações produzidas no parágrafo anterior que remetem para a relação residência-ruralidade e despovoamento.
- Sobre as restantes tipologias consideradas relevantes (Casa Pátio, Semicircular, Elementar e Planta Semi-circular) deve dizer-se: a Casa Pátio foi encontrada com pouca frequência (seis vezes), não levantando dúvidas a sua classificação uma vez que quer tenha sido assim edificada originariamente,

quer tenha sido posteriormente disposta segundo essa forma, foi sempre considerada Casa Páteo - sempre, portanto, que habitação e anexos rurais se dispunham em torno de um pátio por onde se fazia também a entrada para a casa.

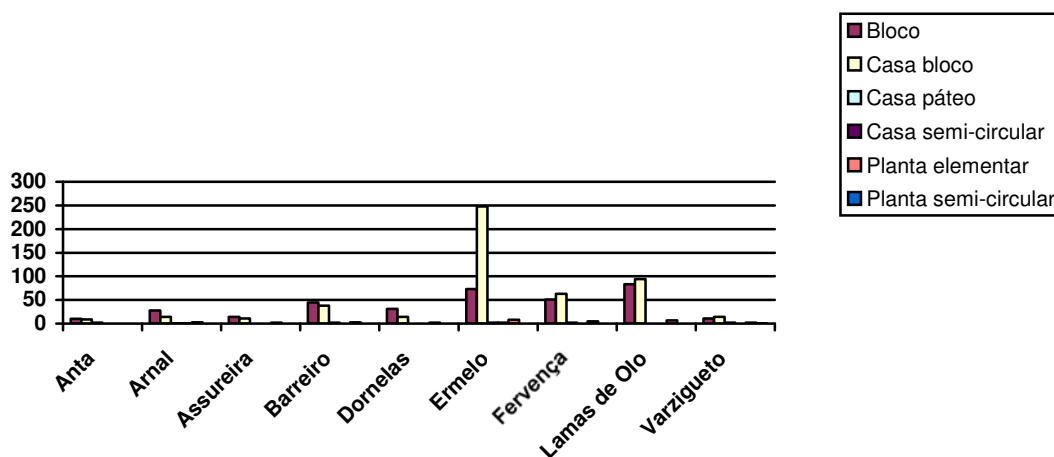
A Planta Elementar, isto é, a loja, o anexo, o palheiro cuja planta forma um quadrado perfeito, aparece algumas vezes (32).

A casa Semi-circular surge-nos três vezes; assim sendo considerada pela parede curvilínea que a compõe.

Por último, a Planta Semi-circular correspondendo ao moinho em Varzigueto.

Estas tipologias aparecem com muito menos frequência, podendo ser consideradas pouco usuais.

Gráfico 7.1 - Tipo de Planta



7.2.2. Tipo de Edificação

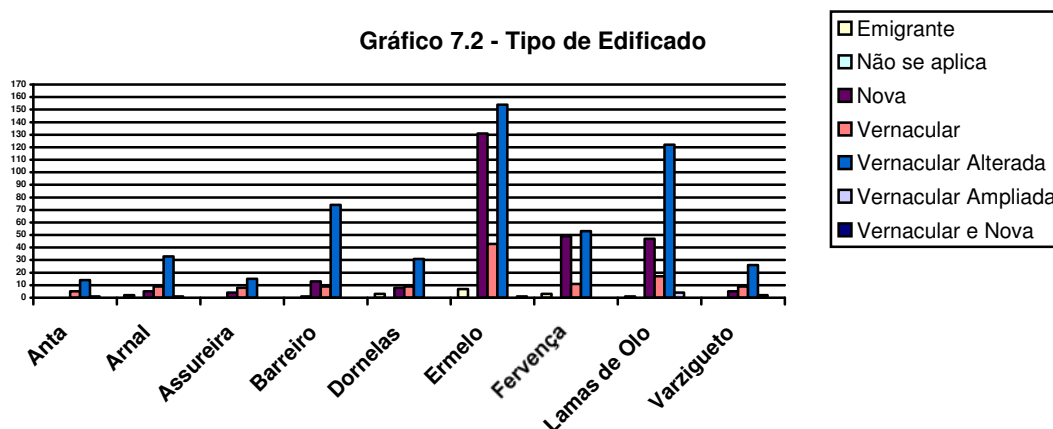
No que respeita ao Tipo de Edificação (Gráfico 7.2) verificamos que em todas as povoações existem casas Novas – a exceção sendo Anta, onde a dinâmica das intervenções se resume em operações de reparação e alteração no património. Não podemos esquecer, porém, que nesta categoria – ‘casa nova’ – se fundem dois tipos de edificação: a casa construída há um, dois anos e três anos (com características não vernaculares) e a vivenda genérica que pode vir já da década de sessenta, setenta ou

oitenta, não constituindo por isso, esta expressão e categoria, um parâmetro capaz de permitir a aferição do nível de expansão recente.

Daqui podemos sobretudo inferir que o Património Edificado do Parque é constituído maioritariamente por edificações do tipo Vernacular Alterada, e que é Fervença o aglomerado onde o número de Casas Novas mais se aproxima das Vernaculares Alteradas. Em Ermelo, Casas Novas e Vernaculares Alteradas também se equiparam.

Em Lamas d'Olo, são muito mais as casas Vernaculares Alteradas (122) que as Casas Novas (47), assim como em Barreiro (13 e 74 ; respectivamente, Casas Novas e Casas Vernaculares Alteradas).

É patente, ainda, que o Património Vernacular tem ainda expressão no Parque, tendo em algumas povoações (Anta, Arnal, Assureira, Dornelas e Varzigueto) presença de relevo



7.2.3. Tipo de Material

Há três materiais maioritariamente empregues na construção do património edificado (Granito, Xisto e Tijolo; 41%, 18% e 8% respectivamente), uma combinação de materiais particularmente relevante ('Xisto e Granito', 11%) e uma paleta de combinações de materiais que nos parece assinalável.

O primeiro material de todos é o Granito; se pensarmos, porém, que este se encontra difundido um pouco por todo o Parque, não sendo exclusivo da Zona Alta e de Transição – é empregue na Zona Basal não só esparsamente constituindo o material

principal do edifício, como frequentemente nos Panos de Peito das Janelas de edifícios de Xisto e em Cunhais das edificações – torna-se evidente o seu predomínio. Seguem-se Xisto, Tijolo, Cimento e em menor percentagem o Bloco.

O uso simultâneo de ‘Xisto e Granito’ – o primeiro como material principal e o segundo como acessório ou secundário – é a primeira e a mais relevante das combinações, sendo depois possível detectar ‘Granito e Cimento’(3%), ‘Granito e Tijolo’ (2%), ‘Granito e Bloco’ (1%), ‘Xisto e Cimento’ (2%), ‘Xisto e Madeira’(1%), ‘Xisto e Bloco’ (1%), ‘Xisto e Madeira’ (1%).

Merecedor de reparo, pela força intrusiva e de combinação entre si e com os demais elementos, parece-nos o número de materiais empregues; entre outros: Bloco, Cimento, Zinco, Tijolo, Alumínio, Madeira.

Gráfico 7.3 - Tipo de Material

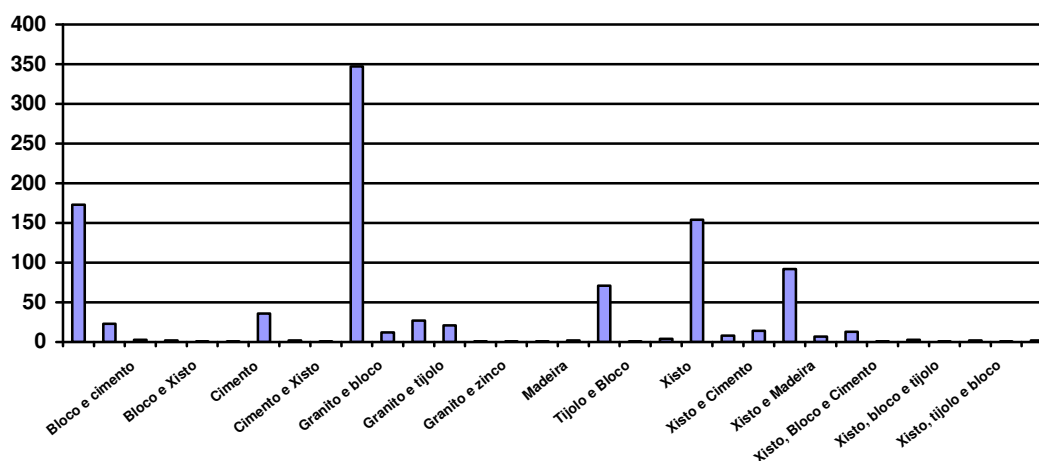
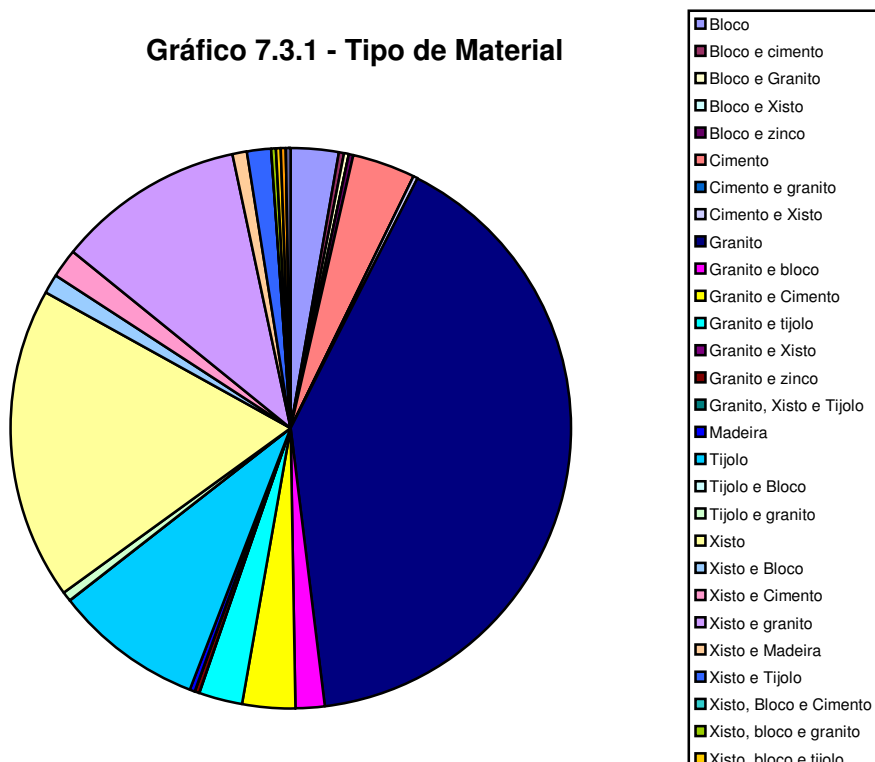


Gráfico 7.3.1 - Tipo de Material



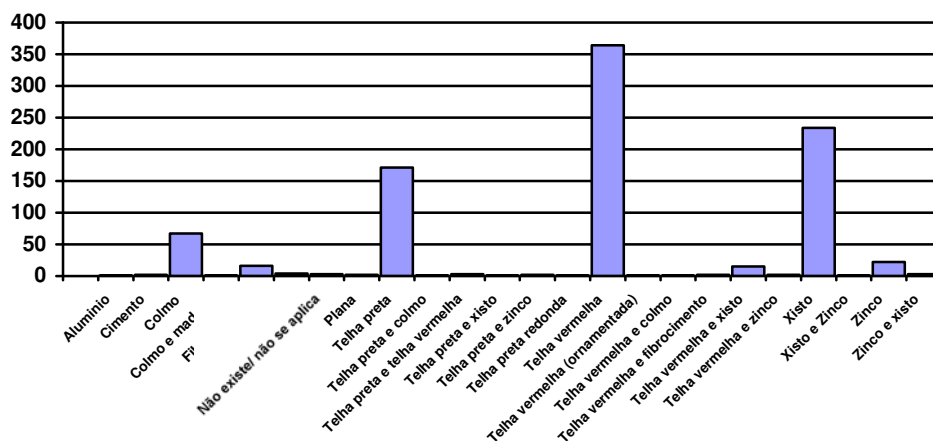
7.2.4. Tipo de Cobertura

Quanto ao Tipo de Cobertura e no que respeita ainda a valores absolutos, é possível reconhecer a utilização da Telha Vermelha como grande opção construtiva, sem que todavia o Xisto e a Telha Preta deixem de ser opções relevantes.

O Colmo, um dos materiais mais emblemáticos do Parque tem ainda expressão em 67 edificações, bem como o Fibrocimento e o Zinco; este último certamente atribuível à cobertura de lojas e palheiros.

Podemos ainda chamar a atenção para as soluções compósitas, isto é, para a utilização de Xisto nos beirais e Telha Vermelha no resto da 'água'; Colmo e Telha Vermelha no mesmo edifício, como em Lamas d'Olo; ou Telha Preta e Xisto na mesma 'água', em Arnal.

Gráfico 7.4 - Tipo de Cobertura



7.2.5. Estado da Cobertura e Estado das Janelas

O que se pretende com a análise quer das janelas quer dos telhados, é aferir da quantidade e distribuição de edifícios em mau estado ou ruína, porque nos pareceu serem estes possíveis indicadores para avaliar da condição do edificado. Repare-se, no entanto, que palheiros, ou anexos rurais de outro tipo, muitas vezes continuam a servir as suas funções com janelas partidas ou em mau estado, pelo que é preciso relativizar a sua importância como indicador de ruína ou estado de abandono.

As portas em mau estado, frequentemente observadas em palheiros e lojas, também nem sempre reflectem o abandono do edifício, mas apenas uma despreocupação com o seu estado.

Gráfico 7.5 - Estado das Janelas

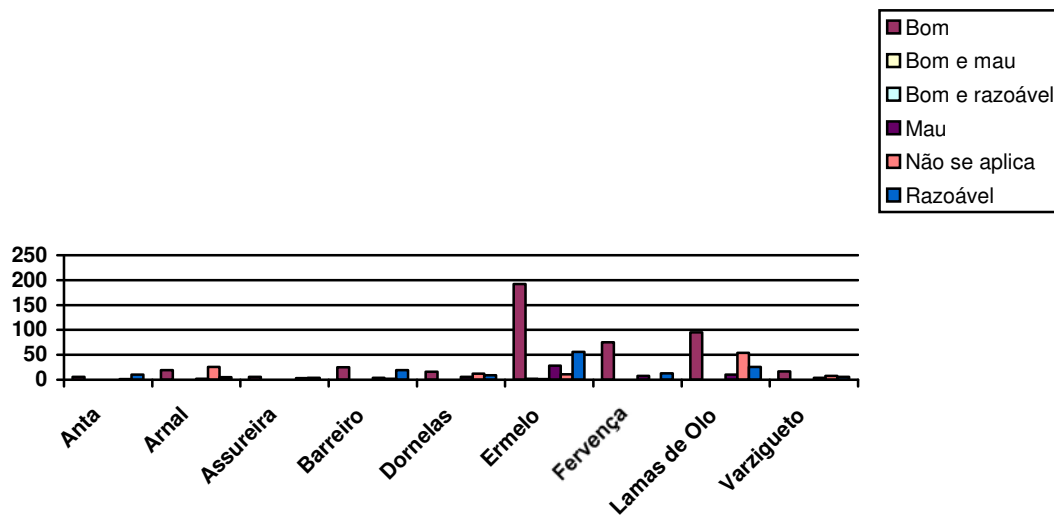
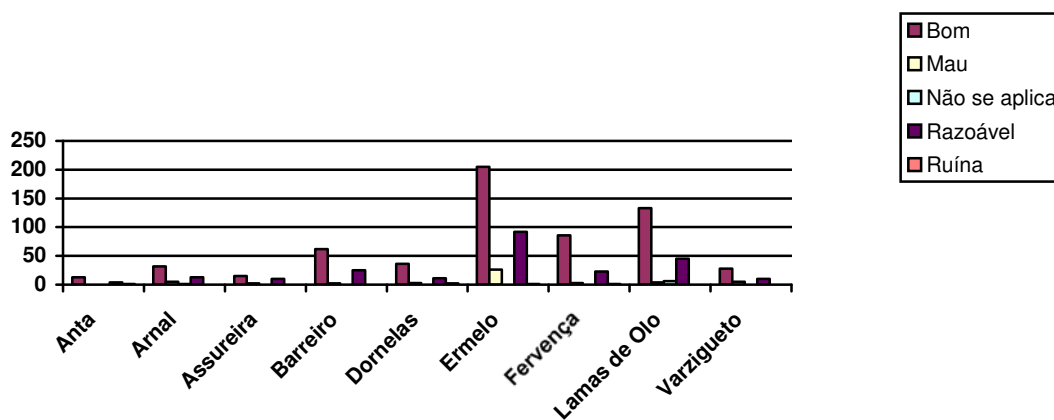


Gráfico 7.6 - Estado da Cobertura



Ver secção “Cartas” – *Anta.pdf*

Ver secção “Cartas” – *Assureira.pdf*

Ver secção “Cartas” – *Barreiro.pdf*

Ver secção “Cartas” – *Ermelo_1.pdf*

Ver secção “Cartas” – *Ermelo_2.pdf*

Ver secção “Cartas” – *Ermelo_3.pdf*

Ver secção “Cartas” – ***Fervença_1.pdf***

Ver secção “Cartas” – ***Fervença_2.pdf***

Ver secção “Cartas” – *Varzigueto.pdf*

Ver secção “Cartas” – *Dornelas.pdf*

Ver secção “Cartas” – *LamasdeOlo_1.pdf*

Ver secção “Cartas” – *LamasdeOlo_2.pdf*

Ver secção “Cartas” – *Amal.pdf*

7.3. Continuidades e Regressões (1995-2004)

Quando comparados os dados anteriormente referidos, relativos a 2004, com os de 1995 (IDAD/ ICN, 1995), verificamos o seguinte: quanto ao Tipo de Planta aparentemente não é possível concluir da relação entre anexos ou estruturas complementares rurais e Casas Bloco, por não termos seguido vias de análise semelhantes. Far-se-ia aqui sentir o efeito da utilização de uma categoria única que funde os currais e anexos em Planta Bloco.

Se considerarmos, porém, para 1995, que currais e anexos agregados se aproximam do que chamamos Planta Bloco, teremos então a percepção de um aumento das Plantas Bloco em Anta, Arnal, Barreiro e Dornelas; aumento esse superior em número às Casas Bloco.

Facilmente daqui retiramos como conclusão o aumento da Planta Bloco, da edificação não destinada à residência e permanência domésticas.

Também se verifica de um modo geral que existem Casas Novas (imiscuídas, segundo a nossa classificação, em casas recentes e vivendas genéricas antigas) em todas as povoações excepto Anta. São Ermelo, Lamas d'Olo e Fervença as povoações mais fortes em Casas Novas.

Quanto ao tipo de Edificação, podemos fazer uma análise por povoação para depois apresentarmos algumas conclusões:

- **Anta:** mantém-se a situação verificada em 95.
- **Arnal:** Casa Vernacular existe em maior numero em 95 que em 2004, momento em que a Casa Vernacular alterada passa a ser amplamente maioritária.
- **Assureira:** mantém-se a relação casa Nova, Vernacular e Vernacular Alterada.
- **Barreiro:** casa vernacular alterada continua a predominar
- **Dornelas:** de modo idêntico a Arnal, a casa Vernacular sobressai hoje. Há uma espécie de inversão na qual Casa Vernacular, em maioria à época, sucede à Vernacular Alterada.

- **Ermelo:** a Casa Vernacular também conhece um retraimento de uma década para a outra. Hoje é o tipo de edificação Vernacular Alterada que constitui a maioria das edificações. É de assinalar também a constância de Casas Novas, como que demonstrando uma constância de dinâmica.
- **Fervença:** o equilíbrio entre edificações Novas, Vernaculares e Vernaculares Alteradas (também era relevante a Vernacular Ampliada) era a relação mais evidente em 1995, hoje observamos um assinalável recuo da Casa Vernacular.
- **Lamas d'Olo:** Edificação Vernacular Alterada predomina, tal como predominava à época. A Casa Vernacular também conhece, entretanto, significativo recuo.
- **Varzigueto:** a edificação do tipo Vernacular Ampliada dominou em 95, secundada pela Vernacular e pelas Casas Novas. Com os dados entretanto recolhidos a Casa Vernacular alterada assume um lugar hegemónico: mais de o dobro das Casas Novas, que por sua vez duplicam o numero de Casas Vernaculares.

Podemos pensar, analisando os dados, que o purismo que caracteriza as Edificações Vernaculares vem sendo perdido em favor de alterações que, muitas vezes, não a descaracterizam totalmente mas apenas reparam, substituem, elementos da casa actualizando-os, contemporizando-os.

Reflectindo sobre alguns exemplos que Fervença nos proporciona (Figuras 7.1, 7.2 e 7.3), distinguem-se arquitecturas que utilizam linguagens modernas, não eruditas, que recuperam técnicas e materiais tradicionais (Fig. 7.1).



Figura. 7.1 – Pormenores construtivos**Figura. 7.2** – Pormenores construtivos

Arquitecturas contemporâneas que utilizam a linguagem tradicional (Figura 7.3) e Arquitecturas que utilizam linguagens populares exteriores, estrangeiras – a Casa de ‘Emigrante’ – utilizando materiais tradicionais (Figura 7.2).

Tomando a Casa Vernacular como um bem em si própria, vêmo-la predominar em 95 em Arnal, Dornelas, Ermelo, Fervença e globalmente em todo o parque, hoje tal relação alterou-se e a edificação Vernacular Alterada impôs-se decisivamente na globalidade do território do Parque.

**Figura. 7.3** – Pormenores construtivos

Se fosse necessário indicar um lugar onde a Edificação Vernacular subsistisse, seríamos levados a dizer que em todas as povoações tal acontece e que é ainda em Ermelo – o maior de todos os aglomerados – que encontramos mais Casas Vernaculares intactas.

Em 1995, Fervença, Ermelo, Dornelas e Arnal tinham mais Edificações do tipo Vernacular do que de qualquer outro tipo.

Quanto ao estado de conservação das coberturas e da sua evolução em dez anos, constatamos que apenas em Dornelas em 95 as coberturas em estado razoável existiam em maior número, nas restantes estavam em bom estado na sua maioria, enquanto em 2004, em todas as povoações, incluindo Dornelas, os telhados estão em bom estado, na sua maioria; o que talvez indique algum esforço de conservação, tal como constatávamos esporadicamente no terreno.

No que respeita ao estado de conservação das janelas, em Arnal tínhamo-las em razoável estado em 95, e em bom estado nas restantes povoações, hoje continuam em bom estado na generalidade dos aglomerados mas em razoável estado em Anta.

7.4. Qualidade de Vida

7.4.1 Introdução

“A expressão **qualidade de vida** é, hoje em dia, utilizada frequentemente quer ao nível da linguagem comum, quer ao nível do discurso teórico, tornando-se um tema central em todas as análises e políticas de planeamento e gestão do território.”²

Um dos âmbitos de análise relativos à qualidade de vida é relativo à distinção entre os **aspectos materiais**, que dizem respeito às necessidades humanas básicas (condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde) e **imateriais** da qualidade de vida. “Historicamente e para sociedades menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas ou pelo menos tinham uma focalização muito grande; hoje em dia, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao património cultural, ao bem estar tornaram-se centrais.”³

Vários são os indicadores de qualidade de vida utilizados actualmente para avaliar o grau de qualidade de vida dos centros urbanos, semi-urbanos e ainda os aglomerados de menor dimensão mas que pelas suas características e dinâmicas necessitam de intervenção, seja ela nas estratégias de intervenção ou nas condições de habitabilidade.

As listas de indicadores dos aspectos materiais e imateriais que seguidamente se apresentam, pretendem ser uma matriz experimental de avaliação da qualidade de vida dos aglomerados populacionais da área do PNAL.

O carácter experimental desta avaliação, prende-se, por um lado com a investigação levada a cabo pela equipa que coordena os estudos do Plano de Ordenamento e, por outro, pretende iniciar um processo de integração da Avaliação Estratégica dos Planos e Programas em aglomerados de pequena dimensão, à luz das novas orientações comunitárias em matéria de avaliação estratégica de impactes em ordenamento do

² SANTOS, L.D., MARTINS, I. (2002) “A qualidade de Vida Urbana, o caso da cidade do Porto, Working Papers da FEP, Faculdade de Economia do Porto, pp. 25

³ Idem

território (Directiva 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001)

Baseada em critérios e objectivos de sustentabilidade, deverá incluir aspectos ambientais, sociais e económicos

	Domínio: Qualidade de Vida	
	Áreas Temáticas	
	Aspectos Imateriais	Aspectos Materiais
I N D I C A D O R E S	• Tipologia das famílias clássicas • Indicadores de Ocupação dos Alojamentos Clássicos • N.º de Alunos/Escola • N.º de Médicos/Centro de Saúde • Tipo de serviço prestado em Centros de Dia e/ou Apoio a Idosos • População/Nível de Ensino atingido • Níveis de instrução • População residente/Nível de ensino atingido • Alunos e pessoal docente segundo o grau de ensino • Indicadores de poder de compra per capita (preços)	• Alojamentos Familiares segundo Instalações Sanitárias • N.º de estabelecimentos de ensino • N.º de Centros de Saúde/Lugar • N.º de Farmácias/Lugar • Infra-estruturas de saneamento básico, abastecimento de água, abastecimento de electricidade e telefone/Lugar • Sistema de recolha de Lixo/Lugar • Transportes Existentes/Lugar • Cafés, mercearias, restaurantes, alojamento turístico/Lugar • Postos de abastecimento de combustível/Lugar • Empresas(ramo de actividade)/Lugar • Associações/Lugar • Infra-estruturas complementares de saúde • Níveis de atendimento em Infra-estruturas e saneamento básico • Dinâmica de construção (licenças de obras concedidas)

Um segundo domínio de análise assenta na distinção entre **aspectos individuais e colectivos**. Os primeiros relacionam-se com as condições económicas, com a condição pessoal e familiar dos indivíduos e os segundos relacionam-se mais directamente com os serviços públicos e serviços básicos.

	Domínio: Qualidade de Vida	
	Áreas Temáticas	
	Aspectos Individuais	Aspectos Colectivos
I N D I C A D O R E S	• Poder de compra • Rendimento e consumo • Dinamismo económico • Indicadores de poder de compra per capita (preços) • Desempregados inscritos no centro de emprego • Postos de trabalho/1000 habitantes • População/Nível de Ensino atingido • Licenças emitidas de reconstrução	• Equipamentos Culturais/1000 habitantes • Equipamentos Desportivos/1000 habitantes • Equipamentos Educativos/1000 habitantes • Equipamentos Sociais e de Saúde/1000 habitantes • Mobilidade (lugares em parques de estacionamento) • Sistema de recolha de Lixo/Lugar • Transportes Existentes/Lugar • Cafés, mercearias, restaurantes, alojamento turístico/Lugar • Postos de abastecimento de combustível/Lugar

Por último, um terceiro âmbito de análise pode ser considerado o da distinção entre **aspectos objectivos**, através da definição de indicadores de natureza quantitativa e **aspectos subjectivos**, com a análise de indicadores de natureza qualitativa (percepção que varia de pessoa para pessoa, de estrato social para estrato social). Estes últimos são de “fundamental importância: os indicadores de qualidade de vida têm diferentes traduções, consoante a estrutura sócio-económica da população, e, portanto, o mesmo indicador pode ser percepcionado de forma diferente por estratos sócio-económicos diferentes.”⁴

Estes três níveis de análise não devem ser considerados isoladamente, pelo contrário interligam-se em grande medida.

A qualidade de vida confronta-se, actualmente, quer com desafios relacionados com a procura de novos modelos de abordagem que tenham em conta as dinâmicas económicas, sociais e tecnológicas que “se têm vindo a manifestar de forma

⁴ Idem

particularmente expressiva à escala de cidade”⁵ quer com crescentes pressões exercidas por parte dos cidadãos locais e pela competição que se estabelece entre a atracção de recursos qualificados, de investimentos e na melhoria dos níveis de padrão de vida.



A lacuna de informação apenas nos permite fazer uma análise comparativa dos aspectos materiais e imateriais. O diagnóstico da qualidade de vida dos aglomerados que integram do Parque Natural do Alvão é feito com a análise do parque habitacional dos mesmos, quer em termos quantitativos, quer qualitativos e os parâmetros utilizados são: o estado de conservação dos edifícios, o tipo de alojamentos existentes e as condições de habitação.

⁵ Idem

A análise tem como fonte de informação o INE, nomeadamente o Recenseamento Geral da População e da Habitação entre 1991 e 2001 e os Censos de igual período referente aos concelhos de Mondim de Basto e Vila Real.

7.4.2 Caracterização dos Edifícios Existentes

Os dados referidos nesta caracterização referem-se, parte deles, às freguesias que integram o PNAL. No concelho de Vila Real, às freguesias de Vila Marim e Lamas d'Olo, e no concelho de Mondim de Basto, às freguesias de Ermelo e Bilhó.

O primeiro aspecto analisado diz respeito ao número de edifícios. Em 1991, do concelho de Vila Real cerca de 3,7% dos edifícios integravam a área do PNAL (3,2% na freguesia de Vila Marim e 0,5% na freguesia de Lamas d'Olo). No concelho de Mondim de Basto, 18,8% dos edifícios (12,7% na freguesia de Ermelo) inteiravam também a área do parque (Tabela 7.1).

Já em 2001, a área do PNAL integra cerca de 4,26% de edifícios do concelho de Vila Real (3,7% na Freguesia de Vila Marim e 0,5% na freguesia de Lamas d'Olo) e 23,7% do concelho de Mondim de Basto (13,3% na Freguesia de Ermelo e 10,4% na freguesia de Bilhó) (Tabela 7.1).

Tabela 7.1 – Alojamentos e Edifícios, por freguesia

População Residente	Edifícios			Alojamentos		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Concelho de Vila Real	13492	15761	18321	15320	19000	25435
Freguesia Vila Marim	589	510	684	598	520	698
Arnal	19	14		19	14	
Freguesia Lamas d'Olo	87	80	96	87	80	96
Dornelas	17	12		17	12	
Lamas d'Olo	70	68		70	68	
Concelho de Mondim de Basto	2475	3043	3554	2590	3070	4015
Freguesia Ermelo	314	387	473	317	387	473
Assureira	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Barreiro	27	185		29	185	
Ermelo	157	52		157	52	
Fervença	157	52		48	17	
Varzigueito	18			19		
Freguesia Bilhó			369			365
Anta						

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1991/2001

a) sem informação disponível. A partir do RGP de 1991, Assureira deixou de ser considerada uma localidade.

Um dos elementos que será analisado assim que forem disponibilizados os dados, refere-se à época de construção dos imóveis.

Na Tabela 7.2 relativa às Licenças de Obras concedidas pela Câmara de Mondim de Basto (sem informação disponível ao nível de freguesia), podemos observar valores referentes aos anos de 1999 e 2000.

Tabela 7.2 – Licenças de Obras Concedidas pela Câmara Municipal de Mondim de Basto

Anos	Edifícios	Habitação	Habitação (n.º)			
			Construção	Ampliação	Transformação	Restauração
1999	71	64	50	7	7	7
2000	76	67	58	1	8	9

Fonte: INE, Inventário Municipal de 1999 e 2000

Os valores apresentados mostram um ligeiro aumento do número de licenças atribuídas, verificando-se que este aumento se verifica em maior escala nas licenças para construção de novas habitações.

7.4.3 Caracterização do Volume de Alojamentos

Segundo o INE, alojamento é o “local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, ampliado ou transformado de destino à habitação humana, na condição de, no momento do recenseamento não estar a ser utilizado para outros fins”.

No que respeita ao total de alojamentos pertencentes à área do PNAL, em 2001, as freguesias de Vila Marim e Lamas d’Olo detinham cerca de 3,12% do total de alojamentos do concelho de Vila Real. Destes, 2,7% pertencem à freguesia de Vila Marim, albergando cerca de 520 famílias e 0,4% à freguesia de Lamas d’Olo com alojamento para 65 famílias (ver Tabela 7.3).

Já no concelho de Mondim de Basto as freguesias de Ermelo e Bilhó representavam cerca de 20,9% do total de alojamentos pertencentes ao concelho (ver Tabela 7.3).

Neste concelho cerca de 11,8% dos alojamentos pertence à freguesia de Ermelo, acolhendo cerca de 264 famílias e 9,1% à freguesia de Bilhó alojando 234 famílias.

Tabela 7.3 – Alojamentos e Famílias, por freguesia

População Residente	Alojamentos			Famílias		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Concelho de Vila Real	15320	19000	25435	12634	14247	16815
Freguesia Vila Marim	598	520	698	464	479	520
Arnal	19	14		16	13	
Freguesia Lamas d'Olo	87	80	96	75	80	65
Dornelas	17	12		12	12	
Lamas d'Olo	70	68		63	68	
Concelho de Mondim de Basto	2590	3070	4015	2352	2412	2608
Freguesia Ermelo	317	387	473	312	264	264
Assureira	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Barreiro	29	185		29	117	
Ermelo	157	52		157	42	
Fervença	48	17		47	12	
Varzigueto	19			19		
Freguesia Bilhó			365			234
Anta						

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1991/2001

a) sem informação disponível. A partir do RGP de 1991, Assureira deixou de ser considerada uma localidade.

7.4.4 Condições de Habitabilidade

A caracterização das condições de habitabilidade, dada a disponibilidade de dados é feita a um nível mais geral na tentativa de comparar níveis geográficos diferentes. É assim realizada uma análise do concelho de Mondim de Basto, com a NUT III do Tâmega e com a região Norte.

7.4.4.1 Energia Eléctrica

Da análise da Tabela 7.4, podemos dizer que a rede de cobertura de electricidade é bastante satisfatória pois cobre quase todo o concelho de Mondim de Basto (99,1%). Os valores apresentados não diferem muito da percentagem de cobertura do Tâmega

e da da região Norte. Apenas 0,9% da área deste concelho que integra o PNAL não se encontra coberta com electricidade.

Tabela 7.4 – Alojamentos Familiares segundo Instalações Eléctricas existentes

Zona Geográfica	Instalações de Electricidade	
	Com Electricidade (%)	Sem Electricidade (%)
Mondim de Basto	99,1	0,9
Tâmega	99,5	0,5
Região Norte	99,6	0,4

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1991/2001

7.4.4.2 Abastecimento de Água e Instalações Sanitárias

As condições de habitabilidade no concelho de Mondim de Basto apresentam alguns valores deficitários. A percentagem de alojamentos sem instalações sanitárias no concelho é de 6,5%, uma percentagem superior à da Zona do Tâmega (3,3%) e à Região Norte (2,5%). Quando se fala em alojamentos com instalações sanitárias fora do próprio alojamento ambas as unidades geográficas apresentam a mesma percentagem, 3,7%.

No que diz respeito à cobertura da Rede Pública de abastecimento de água, no concelho de Mondim de Basto, segundo os dados do INE, apenas 19,4% dos alojamentos se encontram ligados à rede, enquanto 61,9% estão ligados ao Sistema Particular de Esgotos.

Estas percentagens, quando comparadas com a zona do Tâmega e com a Região Norte apresentam algumas deficiências. O concelho de Mondim de Basto apresenta uma área de cobertura da Rede Pública inferior quer à da zona do Tâmega (15,6%), quer à da Região Centro (45,2%) e por conseguinte percentagens superiores à zonas geográficas referidas anteriormente quando se fala em alojamentos ligados a uma Rede Particular (72,1% e 45,8%, respectivamente).

Podemos dizer portanto que, ao nível das instalações sanitárias, no concelho de Mondim de Basto, as condições são pouco satisfatórias.

Para Vila Real ainda não foi possível obter os dados mas serão integrados nesta análise assim que forem disponibilizados.

Tabela 7.5 – Alojamentos Familiares segundo as Instalações Sanitárias

Zona Geográfica	Instalações Sanitárias				
	Ligado à Rede Pública de esgotos (%)	Ligado a Sistema particular de esgotos (%)	Sem Instalações Sanitárias (%)	Com Instalações Sanitárias Fora do Alojamento (%)	Outros Casos (%)
Mondim de Basto	19,4	61,9	6,5	3,7	8,6
Tâmega	15,6	72,1	3,3	3,7	5,4
Região Norte	45,2	45,8	2,5	3,7	2,9

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1991/2001

7.4.5 Indicadores de Ocupação dos Alojamentos

Na Tabela 7.6 podemos ver alguns dos indicadores de ocupação dos alojamentos. Nela é apresentada uma média do número de pessoas, famílias ou divisões por alojamento para o concelho de Mondim de Basto, para a Zona do Tâmega e para a Região Norte nos anos de 1991 e 2001.

Tabela 7.6 – Indicadores de Ocupação dos Alojamentos Clássicos

Zona Geográfica	Divisões/Alojamento		Famílias/Alojamento		Pessoas/Alojamento		Pessoas/Divisão	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Mondim de Basto	4,6	4,9	1,0	1,0	3,9	3,3	0,9	0,7
Tâmega	4,5	4,6	1,0	1,0	3,8	3,3	0,8	0,7
Região Norte	4,6	4,7	1,0	1,0	3,5	3,1	0,8	0,7

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1991/2001

Outra das áreas que podem ajudar a caracterizar as condições de habitabilidade são os indicadores de ocupação de alojamentos. Da Tabela anterior podemos concluir que, no concelho de Mondim de Basto em 2001, os alojamentos têm em média 5 divisões, cada alojamento é ocupado por uma família (não há partilha de alojamentos) que tem em média 3 elementos. Entre 1991 e 2001 a única diferença que se verificou foi a diminuição do número de pessoas por alojamento, que se deve à diminuição do número de pessoas por família (passou de 4 pessoas por alojamento para 3 pessoas por alojamento).

Os valores médios encontrados para o concelho de Mondim de Basto também estão na média da zona do Tâmega e da região Norte.

7.5. Glossário

Glossário de termos e expressões utilizados no levantamento e tratamento da componente urbanística e patrimonial do PNAL.

Descrevem-se aqui os conceitos e vocábulos utilizados neste trabalho que pretendem prolongar, na medida do útil e razoável, a linguagem utilizada em 95 acrescentando-lhe outros conceitos, retirados a outras linguagens e jargões, úteis e operativos:

ALGEROZ: “Canal de escoamento das águas pluviais, numa cobertura e no grosso das paredes”

BOM ESTADO: Da edificação, ou de partes dela. Quando não existem sinais de desgaste excessivo e do ponto de vista funcional o todo ou a peça estão na plenitude do seu funcionamento.

CASA: “Edifício destinado a habitação”

PLANTA: “Genericamente, é uma representação gráfica resultante de uma projecção horizontal de uma forma ou objecto. Em arquitectura de edifícios, é a projecção horizontal de um corte, também horizontal, produzido num piso a 0.90m acima do nível do respectivo pavimento.”

CASA-BLOCO: Edificação destinada a habitação cuja planta é rectangular. Planta rectangular, por vezes em associação com outras construções.

PLANTA BLOCO: Palheiros, Lojas, Anexos, Armazéns, Garagens, Abrigos, etc, cuja planta é horizontal.

PLANTA ELEMENTAR: Palheiros, Lojas, Anexos, cuja planta é quadrangular etc.

CASA DE EMIGRANTE: Edificação marcada pela exuberância cromática, utilização de mosaicos, azulejos garridos, amaneiramentos *kistch*.

CUNHAL: “Ângulo formado pelo encontro de duas paredes. Sendo um ponto mais fraco deve ter a resistência necessária às cargas que suporta, exigindo por isso materiais de melhor qualidade e um aparelho bem tratado.”

CASA-PATEO: “Possuem um pátio que fica ao lado ou no meio da casa e para onde dão as lojas.(...) Outras vezes a tendência é para incorporar o pátio dentro de um conjunto de edifícios, sendo a parte murada, se existir, alta e de pouco comprimento.”

CASA-SEMICIRCULAR: “Com reminiscências nas construções primitivas incorpora a planta circular castrense e a planta rectangular romana”

CASA VERNACULAR: Granito ou Xisto, Madeira e Colmo na sua articulação e apresentação originais

EDIFICADO: “Resultado material do acto de edificar”

EMPENA: “Parte superior e triangular de uma fachada, onde assenta o vigamento de um telhado de duas águas”

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO: Entendem-se os materiais utilizados nas paredes e nas ombreiras, padieiras, soleiras, cunhais, panos de peito de janela ou em outros trechos significativos da edificação, para além, portanto, do material principal.

MAU ESTADO: De uma porta ou janela, significa que estas podendo ainda ser utilizadas – funcionalmente são ainda úteis – dão sinais de um grande desgaste, mutilações e danos graves: vidros partidos, ausência de uma tábuia , ferros torcidos etc

NOVA: Casa Nova. Construída recentemente utilizando modelos, formas modernas e Vivenda Genérica.

PANOS DE PEITO DAS JANELAS: "... Fracturam os calhaus para alisar os parâmetros das paredes, que adquirem finalmente um aspecto original, acentuado ainda pelo emprego de lajes inteiras de xisto ou de granito, a formar os panos de peito das janelas." Particularmente útil a sua observação na casa tradicional de Ermelo.

RAZOÁVEL: Estado de razoabilidade de uma peça. Quando esta não é nova e está numa fase de muito uso, o que significa que exteriormente são visíveis sinais de desgaste. Nos telhados, quando por exemplo a telha preta já está desbotada, no caso dos telhados em xisto quando o musgo aflora e se instala.

TIPOLOGIA: Análise, descrição e classificação de formas típicas.

VARÃO: "Barra em madeira ou ferro com secção circular. Vara grande."

CAPÍTULO 8 – Património Etnográfico

8.1. Introdução

No PNAL, fruto da milenar interacção do Homem sobre o território, existe um património etnográfico, rico e diversificado, associado ao estilo de vida agro-silvo-pastoril da economia de montanha. O isolamento e árduo trabalho a que se encontram sujeitas estas comunidades levaram ao desenvolvimento de um conjunto de elementos que marcam e caracterizam a etnografia local.

Neste capítulo, referenciam-se os sistemas e técnicas tradicionais de gestão de água e do solo, as práticas locais, as artes e os ofícios, as tradições orais, as festividades religiosas e profanas, a gastronomia e o artesanato.

As formas de arquitectura popular vernacular associadas ao património construído (espigueiros, eiras, moinhos, cruzeiros, etc.), estão referenciadas no capítulo que diz respeito ao património arquitectónico.

8.2. Técnicas Tradicionais

8.2.1 Sistemas de regadio tradicionais

No PNAL ainda existem numerosos sistemas e técnicas tradicionais de gestão de água. Alguns destes sistemas encontram-se organizados e estruturados desde a captação da água nas nascentes, rios e ribeiros até à distribuição para a rega e, em alguns casos, abastecimento das comunidades.

Existem vários sistemas de levadas em Fervença, Lamas d'Olo e Ermelo (Figuras 8.1 e 8.2), que **levam** a água aos campos agrícolas, às populações e aos moinhos.

Figura 8.1 – **Levada** – Lamas d'OloFigura 8.2 – **Levada** – Fervença

Em Ermelo destaca-se o imperioso sistema de levadas que capta a água a cota elevada, transportando-a, durante vários quilómetros, por um canal construído em rocha e distribuindo a água pelos vários socalcos. Associados às levadas existem também açudes (Figura 8.3) e tanques colectivos que armazenam a água para posterior utilização. O direito à água está associado à posse da terra, existindo um conjunto de regras que preside ao funcionamento destes sistemas e que regulam o direito de propriedade da água.

Estes sistemas são de propriedade colectiva e exigem um esforço conjunto na sua manutenção e conservação, o que propicia verdadeiras celebrações colectivas.

A irrigação dos lameiros é assegurada por um sistema ancestral designado por **rega de lima**, que é um rega de abundância feita durante todo o ano, no Verão para a rega das pastagens e no Inverno protegendo a vegetação das geadas.



Figura 8.3 – Açude - Lamas d'Olo

8.2.2 Sistemas de conservação do solo

As encostas muito declivosas do PNAL dificultam a actividade agrícola, havendo a necessidade de construir pequenos patamares de terrenos escavados na rocha, pouco profundos e muito inclinados – **socalcos**. Estes patamares eram suportados por muros de pedra solta, retendo o solo.

A construção do **socalco** era acompanhada pela junção de **estrume**, no intuito de melhorar a qualidade e a espessura de solo disponível para a agricultura. A esta estrutura estavam também associados os sistemas de **levadas**. Os **socalcos** estão muito representados no parque, tendo a sua maior expressão e monumentalidade em Ermelo (Figura 8.4).



Figura 8.4 – **Socalcos** - Ermelo

A abundância de pedras permite erigir pequenos muros que delimitam a propriedade, libertando o solo para as culturas (Figura 8.5). Este tipo de compartimentação dos terrenos é característica de alguns dos aglomerados do Parque.



Figura 8.5 – Muros de delimitação dos campos - Barreiro

8.2.3 Práticas locais

Na área do PNAL, e à semelhança de outras áreas rurais serranas do Norte e Centro de Portugal, grande parte dos habitantes dependiam economicamente das actividades agro-silvo-pastoris, que por sua vez estavam orientadas, maioritariamente, para o auto-consumo. A serra não oferece grandes potencialidades, porque os solos são delgados e de difícil manejo.

Junto das aldeias existe, em geral, um anel de culturas mais sensíveis (hortaliças e outras) bem estrumadas e regadas. Nas encostas menos declivosas e regadas, encontram-se os lameiros que são, por sua vez, de grande importância para a criação de gado. Os planaltos serranos, com precipitação abundante no Outono, Inverno e Primavera, favorecem o desenvolvimento dos pastos essenciais para o pastoreio. Nas encostas mais íngremes, juntos dos aglomerados, construíram-se socalcos sustentados por muros de pedra ou beiradas de terra.

O centeio era o cereal por excelência, e que outrora desempenhou papel determinante na economia agrária do PNAL. Este cereal dava a farinha, que misturada com o milho, era utilizada no fabrico do pão, ração para o gado, mas também fornecia o colmo para as habitações e a palha para as enxergas. Um cereal rústico que se adapta bem aos solos pedregosos e resiste ao frio e às geadas. O seu cultivo congregava várias tarefas comunitárias, (as sementeiras, as segadas, as malhadas, entre outras) que, entretanto, caíram em desuso.

O milho (Figura 8.6) cultivava-se nas terras mais ricas em água e nos solos mais profundos, estando associada à construção dos socalcos. Esta cultura obrigava a um trabalho quase contínuo desde da sementeira até à colheita, as sachas, as regas, o desbandeamento, as desfolhadas, as malhadas, tarefas essas que dependiam de trabalho comunitário e da ajuda colectiva.



Figura 8.6 – Milho - Barreiro

O milho representa uma cultura primordial na alimentação das pessoas e também dos animais. O folhelho utilizava-se para encher os colchões e o caule e a palha guardava-se para alimentar o gado.

A cultura do linho necessitava de bons solos e de regas abundantes e repetidas. Exigiam um trabalho árduo, devido à extensão do seu ciclo e aos rituais que lhe estão associados. Alguns destes rituais estavam ligados a pequenas **brincadeiras** entre rapazes e raparigas que colaboravam nas tarefas e à utilização do canto, das crenças, das tradições e de um adagiário próprio.

As técnicas agrícolas praticadas no PNAL eram arcaicas e assentavam fundamentalmente na tracção animal e no braço do Homem, com o auxílio de alfaías tradicionais, como os carros de bois (Figura 8.7), os arados, as enxadas, as sacholas, as forcas, os ganchos, as foices, entre outras. Estas técnicas têm sido substituídas pelo recurso a pequenas máquinas agrícolas, como tractores, moto-cultivadores e moto-ceifeiras (INE, 1999).



Figura 8.7 –Carro de bois - Varzigueto

O baldio era o local para o pastoreio dos rebanhos de cabras e ovelhas, durante todo o ano, e das vacas, no período de Verão. As **vezeiras** dos pastores, isto é o pastoreio participado segundo o número de cabeças de gado, era frequente até meados do século XX. Com a florestação dos baldios assistiu-se a uma redução dos gados caprino e ovino e das actividades relacionadas com o pastorícia. Após o 25 de Abril, e com a devolução das áreas de baldio às populações, registou-se novamente um aumento dos rebanhos de cabras e a manutenção de algum pastoreio participado.

Os sistemas tradicionais de rega e de conservação do solo exigem das comunidades locais um empenhamento contínuo, quer na construção, limpeza e reparação, quer na vigilância dos próprios sistemas. Estas tarefas dependem exclusivamente do Homem, pelo que o despovoamento, o envelhecimento da população e a ausência de gerações mais jovens, mas também a diminuição da actividade agrícola, têm contribuído para a tendência de degradação destes sistemas. No presente, no PNAL já se observam sinais de abandono de troços de **levadas** (regos), muros caídos e desmoronamentos de **socalcos**, por vezes muito repentinamente aquando da ocorrência de episódios chuvosos excepcionais.

8.3 Artes e Ofícios

O isolamento fez com que os habitantes do PNAL recorressem aos materiais de que dispunham, localmente, para produzir utensílios domésticos, mobiliário, alfaias agrícolas, calçado e vestuário.

Em relação às artes e ofícios tradicionais ligados à pastorícia, até hoje, ainda não foram detectadas outras artes para além do fabrico de **croças** e dos **coruchos** e **pemeiras**, feitos em junco e exclusivamente usados pelos pastores. As **croças** diferem dos **coruchos** consoante são feitos para serem usados, respectivamente sobre os ombros ou pela cabeça.

Em muitas aldeias desenvolveram-se artes tradicionais que ainda hoje se praticam, temos como exemplo, a cestaria (em madeira de castanheiro), os socos (em madeira de amieiro), os artefactos de lã, as cobertas e as passadeiras de farrapo e os chapéus de palha (a partir do centeio) e os artefactos de linho (colchas, toalhas e peças de vestuário). As roupas do povo faziam-se exclusivamente a partir das matérias-primas

locais. O linho foi, até algumas décadas, a principal fibra utilizada no vestuário e na roupa de casa.

Os ofícios tradicionais estão em declínio ou já desapareceram totalmente. Os mais conhecidos eram os ferreiros, almocreves, ferradores, tamanqueiros, carpinteiros, pedreiros, tecedeiras, entre outros.

A riqueza do artesanato, e principalmente dos produtos ligados ao linho, representa uma das oportunidades do PNAL, quer na revitalização das artes locais tradicionais, quer na promoção de benefícios económicos para as suas populações.

8.4. Gastronomia

Na gastronomia, o PNAL apresenta dois produtos de excelência, a carne maronesa e o cabrito da raça bravia. A vaca maronesa, utilizada tradicionalmente nos trabalhos agrícolas, apresenta-se actualmente como um produtor de carne desta área, utilizado na confecção de receitas da culinária tradicional (*posta maronesa*).

A panificação e doçaria tradicional, confeccionados com a mistura do centeio e milho, são também produtos conhecidos da dieta serrana.

A criação de gado suíno alimentava a produção artesanal de enchidos de porco e carnes fumadas (fumeiro), constituindo-se como um ritual desde a engorda, matança, desmanche do porco, até a confecção dos enchidos e a secagem no fumeiro. A tradição do fumeiro, com os salpicões, as linguças, as chouriças, as moiras, as “tabafeiras” constituem elementos fundamentais na gastronomia popular local. Esta actividade, apesar do seu declínio, ainda está em uso, sendo uma actividade que deverá ser revitalizada.

Outros elementos importantes no PNAL são o mel, a castanha, os cogumelos silvestres, entre outros.

8.5. Tradições e Festividades

8.5.1 Tradições orais

No PNAL, o cancioneiro é muito rico e contempla cantigas de sentido religioso, como a “encomendação das almas na Quaresma” e as cantigas das “Janeiras”, e também cantigas de sentido profano (cantigas de embalar, cantigas de trabalho, **chulas**, cantigas ao desafio, entre outras).

A importância do cancioneiro nesta área impulsionou o aparecimento de duas tunas, uma em Fervença e outra em Ermelo, sendo que a de Ermelo ainda existe e irá brevemente fazer uma gravação em disco compacto.

Associado ao calendário agrícola e às épocas festivas estão presentes, na memória do povo, provérbios, advinhas, lendas, contos e histórias.

8.5.2 Festas religiosas e populares, feiras e romarias

As celebrações religiosas tradicionais detêm uma grande relevância, dada a existência de festas em honra dos Santos Padroeiros e Oragos nas freguesias do PNAL. Outras festas e celebrações a registar correspondem às noites de S. João e S. Pedro, à festa da Nossa Senhora de Fátima, ao Corpo de Deus, ao Domingo de Ramos, a 6ª Feira Santa, a Páscoa e aos festejos profanos do Entrudo, entre outras.

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral

Celeste Coelho
Fátima Alves

Flora

Rosa Pinho (coord.)
Lísia Lopes
Colaboradores:
António Crespí
Sónia Rodrigues
Alexandra Pinheiro

Fauna (IDAD)

Fernando Leão

Paisagem

Beatriz Portugal

Património Arquitectónico e Urbanístico

Fátima Alves (coord.)
Pedro Vilar
Luísa Pinho

Património Cultural e Etnográfico

Celeste Coelho (coord.)
Pedro Vilar
Sandra Valente

Demografia e Povoamento

Filomena Martins

Sócio-Economia e Desenvolvimento Rural

Elisabete Figueiredo (coord.)
Sandra Valente

Planeamento e Ordenamento do Território

Fátima Alves (coord.)
Luísa Pinho
Beatriz Martins
Renata Lopes

Cartografia Digital e Base de Dados

Luísa Pinho
Sérgio Paulo Bento (IDAD)
Pedro Vilar
Pedro Pinto
João Tavares